

A POBREZA NA ÁFRICA SUBSAARIANA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO MUNDO GLOBALIZADO

LITO NUNES FERNANDES¹

Resumo

A África Subsaariana apresenta condições deploráveis de vida. Para piorar ainda mais a situação, seus governantes são corruptos e na maioria dos casos, roubam tudo o que pertence ao povo e lançam a maioria na miséria e pobreza. O objetivo do artigo é demonstrar a origem desta situação de pobreza e suas consequências, partindo da hipótese de que a colonização, a desigual distribuição do comércio internacional assim como a atuação dos seus dirigentes, são fatores-chaves para entender o estado de penúria em que atualmente vive grande parte de sua população. Conclui-se que os países desenvolvidos dispõem de tecnologia e recursos para livrar a humanidade da pobreza e extrema miséria. Porém, se não houver mais comprometimento destes países em cumprir suas promessas e maior vontade política dos governos subsaarianos, dificilmente o panorama vai mudar.

Palavras-chave: África Subsaariana; pobreza; subdesenvolvimento

Abstract

The living condition of most sub-Saharan population is regrettable. Still, their governments are corrupt and embezzlers of national wealth by taking the majority in poverty and misery. The goal is to link poverty in SSA with the settlement, the unequal distribution of international trades as well as the actions of their leaders. It was concluded that developed countries have the technology and resources to free humanity from poverty and always when there is political will on their part and African leaders.

As condições sempre e quando existir vontade política por parte destes e dos dirigentes africanos.

Key words: Sub-Saharan Africa, Poverty, Underdevelopment

JEL: A10; I32; 055

1. Introdução

O estudo da realidade econômica subsaariana tem vindo chamar atenção, por motivos da situação de extrema pobreza, debilidade econômica, política e social. A atual globalização está deixando fora a África Subsaariana (em diante ASS) e isso se reflete nas estatísticas dos fluxos econômicos e financeiros mundiais. O desempenho e o lastre da dívida externa, assim como os obstáculos que estes supõem para o processo de desenvolvimento, constituem uma das questões relevantes na hora de analisar as possíveis causas da pobreza subsaariana.

As populações da ASS apresentam condições deploráveis de vida, pobreza generalizada, governos corruptos e ineptos, que na maioria dos casos roubam tudo o que pertence ao povo e atiram a maioria na miséria e pobreza. Viemos assistindo

¹ Professor da Universidade Colinas de Boe em Bissau. Email: linufeppge07@yahoo.com.br
Doutorando em Economia do desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Gestão Financeira pela Universidade de Mondragón (Espanha)

muitos debates da agenda política internacional sobre temas cruciais como o combate a pobreza, a fome ou a eliminação das dívidas dos países em desenvolvimento.

O crescimento demográfico na ASS é de uma magnitude espantosa², e para cada membro da população, é preciso criar condições de vida, meios de subsistência e novos empregos. Entretanto, esses países se encontram incapazes de sair das crises econômicas onde se encontram mergulhados, devido as suas dimensões e pelo seu envolvimento internacional, sob o peso de um endividamento externo de índole estrutural, descapitalizados e carentes de suprimentos externos essenciais e estratégicos.

Estas questões não podem ser atribuídas a um fator isolado. Em outras palavras, suas causas são múltiplas e envolve questões como a escravidão, exploração, colonialismo, neocolonialismo, tratamento desigual no comércio internacional, qualidade da força de trabalho e formação histórica de recursos de capital. Seus efeitos paralelamente também são múltiplos: pobreza, tensões sociais e políticas nem sempre facilmente controláveis, desorientações nas explorações de reservas naturais.

A Declaração do Milênio, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 2000, estabeleceu como objetivos a alcançar até 2015, a redução até a metade da proporção da população mundial que vive com menos de um dólar por dia; da população que vive sem água potável; garantir o acesso a educação primária para todas as crianças e jovens menores de cinco anos; reduzir a taxa de mortalidade nas crianças menores de cinco anos em quase dois terços; contornar o alastramento do HIV e da Malaria. Entretanto, se não houver maior vontade política dos governos subsaarianos e dos países ocidentais em cumprir as suas promessas, dificilmente essas metas serão cumpridas; e mais ainda, tendo em conta a atual crise econômica mundial, que vem recrudescendo a já crônica situação de muitos países da ASS.

A situação da população subsaariana vem piorando dia após dia em contraste com as políticas catastróficas da globalização levado a cabo pelas grandes potências ocidentais que constantemente estão marginalizando a ASS no comércio mundial. As promessas dos países desenvolvidos da OCDE de ajudar em 0,7% dos seus PIB aos países em desenvolvimento ficaram estagnadas nos 0,3%, ou seja, nem supera a metade dessa promessa.

Quando finalmente o binômio FMI/BM reconheceu a magnitude das crises e da situação dos países da ASS, acordou em 1996 reduzir parte da dívida de alguns países subsaarianos através da iniciativa denominado Países Pobres Altamente Endividados- PPAE, cujo propósito diz reduzir essas dívidas até um nível sustentável. O curioso é que essa sustentabilidade definiu critérios e condições que limitou muito a esses países, porque na verdade, não teve em conta o impacto da dívida no seio da população.

As diferenças de padrões de vida em todo o mundo são assustadores. Por exemplo, em 2009, a renda per capita da Noruega era de 59 300 dólares norte-americanos e da Guiné-Bissau de apenas 300 dólares. Mesmo que os países desenvolvidos justifiquem que é pela ausência da produtividade, a resposta da problemática africana é outra e completamente diferente, ou seja, suas respostas devem ser encontradas nas constantes discriminações que a ASS enfrenta na economia e comércio global assim como a atuação de alguns dos seus corruptos dirigentes que dilapidam toda a riqueza da população.

Não é de surpreender que estas variações no nível de rendimento se reflitam em diversos indicadores de qualidade de vida e neste sentido, segundo Mankiw (2005), os cidadãos de países de renda elevada têm mais possibilidades de comprar comida, eletrodomésticos, lazer, educação dos filhos, melhor assistência medi-

ca e uma expectativa de vida mais longa do que os cidadãos de países de menor renda, como os da ASS.

O objetivo do trabalho é demonstrar a origem desta pobreza subsaariana e suas consequências, partindo da hipótese de que a dominação, colonização e divisão territorial posteriormente por parte das grandes potências ocidentais, assim como a desigual distribuição do comércio internacional são fatores-chaves para entender as penúrias que atualmente vivem grande parte de sua população subsaariana.

O trabalho está dividido em sete partes independentemente desta introdução. Na segunda parte é apresentada a ASS de forma geral. A terceira parte traz uma breve discussão sobre a pobreza, seus conceitos, a forma de medi-la e as estratégias para sua erradicação. A quarta aborda o tema da globalização e, sobretudo a marginalização da ASS nesse processo. Igualmente essa sessão trata da questão dos Planos de Ajuste Estrutural implantadas por FMI/BM que prejudicou muito os logros que a ASS vinha alcançando. A quinta parte discute os desafios no combate a pobreza. Na sexta parte aparecem as considerações finais e na sétima as referências bibliográficas usadas.

2. África Subsaariana: panorâmica geral

A ASS corresponde à região do continente africano que se estende desde o Sahel até o extremo Sul. A região foi subdividida em cinco zonas: África Ocidental, África Meridional, África Central, África Oriental, África do Índico. São países de rendimento baixo, e alguns apresentam indicadores socioeconômicos aquém das expectativas com carências nos setores cruciais como saúde, educação e transportes, e grande parcela de suas populações vive abaixo da linha da pobreza. A infraestrutura e o nível científico também deixam muito a desejar, muito embora a tendência nos últimos tempos seja de uma melhora contínua.

² Em 1940 a África contava com 200 milhões de habitantes, em 1970 atingia 270 milhões e em 1980 contava com uma população de 359 milhões. Na atualidade a população do continente ronda dos 900 milhões de habitantes.



Figura 1 – África Subsaariana

Fonte: Folha Online – Mundo, edição de 05.12.2005, acessado em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u90202.shtml>

Obs. Adicionada pela editoria.

Tabela 1. Indicadores econômicos e sociais de alguns países da ASS em 2009

País	População (milhões de Hab.)	Pib.per Cap. (Dólares EE: UU)	Exp.Vida (Anos)	Alfab. (% da Pop.)	Mort. Infantil Por c/mil nasc. vivos	IDH
Benin	8,6	351	56,7	40,7%	98,0	0,492
Burkina Faso	13,4	293	52,3	30,6%	104,4	0,389
Costa de Marfim	20,4	532	48,3	48,7%	116,9	0,484
Guiné-Bissau	1,7	287	49,4	46,8%	112,7	0,396
Mali	12,5	319	54,5	30,0%	128,5	0,371
Níger	11,4	183	56,9	30,7%	110,8	0,340
Senegal	13,5	513	63,1	42,3%	65,7	0,464
Togo	5,8	224	58,4	53,2%	88,6	0,499

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da UEMOA (2009)

Na região em análise, entre 65 a 75% da população residem nas áreas rurais com escassez de recursos tecnológicos suficientes, instituições públicas, infra-estrutura e uma força de trabalho a altura das suas necessidades. Ademais, **um terço da população subsaariana** (cerca de 200 milhões de pessoas) **dorme com fome** e; milhões de crianças com

menos de cinco anos de idade sofrem da malnutrição.

O problema da fome é agravado pela pobreza, guerras civis e militares, golpes de estado e algumas doenças que poderia ser evitadas se na

“ Observando a Tabela 1 relacionado com alguns indicadores econômicos e sociais apresentados, se corrobora o que se vem dizendo. Nela, observamos que a renda per capita é muito baixa, com uma média de aproximadamente 300 dólares norte-americanos por ano...”

verdade existisse uma vontade não só dos países da ASS, mas sim de todo mundo para seu combate. Os custos destes dolorosos episódios são enormes e intensos não só em termos de sofrimento humano, como também na redução de produtividade econômica e perda de recursos intelectuais³.

Observando a Tabela 1 relacionado com alguns indicadores econômicos e sociais apresentados, se corrobora o que se vem dizendo. Nela, observamos que a renda per capita é muito baixa, com uma média de aproximadamente 300 dólares norte-americanos por ano, contra, por exemplo, os quase 60 000 dólares da Noruega ou 47 000 dólares para EUA no mesmo período. Igualmente seus IDH se encontram nos últimos lugares da lista, e a mortalidade infantil mesmo com uma tendência de melhora, ainda apresenta uma média de quase 130 mortes por cada 1000 nascidos vivo.

³ A necessidade premente de um novo esforço dos Estados Unidos com vista à redução da fome e pobreza em África. Disponível em: http://www.aec.msu.edu/fs2/africanhunger/briefing_port.htm

Estas questões tornam-se ainda mais problemáticas, devido que em alguns países, a taxa de analfabetismo chega a alcançar a cifra astronômica de 70% da população. Portanto, a pobreza é enorme e mesmo que os governos fizessem descomunal esforço, dificilmente os objetivos do milênio seriam alcançados, pois exige um aumento expressivo de Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD).

Recentemente, o FMI contribuiu a piorar ainda mais a situação. Este organismo internacional acabou de estabelecer que o cenário ideal para um aumento de AOD é de que esses recursos sejam totalmente gastos e absorvidos pelos países em desenvolvimento. Em outras palavras, os governos subsaarianos não somente deveriam gastar em moeda nacional todo o montante equivalente a AOD, mas também seus bancos centrais deveriam vender moeda estrangeira, no total correspondente ao montante recebido de ajuda, com o intuito de facilitar o aumento das importações ou, caso contrário, a AOD poderia acabar não financiando a transferência de recursos reais adicionais para a economia (TOUSSAIN; MILET, 2006).

3. Pobreza

A pobreza continua afetando a milhões e milhões de pessoas no mundo e agravada pelo constante aumento do desemprego, sendo que na ASS, o progresso tecnológico e a entrada de grandes empresas estrangeiras, diminuíram drasticamente a necessidade de força produtiva humana, sobretudo nas indústrias e empresas com altos níveis tecnológicos. Ou seja, numa região com alto índice de analfabetismo e crescimento demográfico alarmante, as incidências da pobreza se tornam ainda mais impactantes do que o previsto.

O fator acima citado provoca excesso de mão-de-obra, que normalmente incita a salários baixíssimos, que também tende a favorecer a caída do consumo e aumento de núme-

ro de pobres desempregados, permitindo que a miséria e a fome atinjam ainda mais pessoas. No nível mundial, o aumento do nível da pobreza teve como contrapartida a constante concentração de renda nas mãos de uma pequena parcela da população.

O crescimento e o monopólio dos grandes conglomerados industriais, intensificados com a globalização, juntamente com a questão da maioria da população receber valores extremamente baixos por sua força produtiva, aumentaram de maneira surpreendente a centralização da renda em poder de poucos, principalmente entre os países menos desenvolvidos (CARDOSO et al., 2009).

Neste contexto, a pobreza na ASS esta associada a diversos fatores, e entre eles, as guerras que provoca a destruição das escassas infra-estruturas; a desestruturação econômica

decorrente do período pós-independência; a existência de economias de mercado frágil com pouca diversificação e competitividade; a falta de capitais; as tragédias climáticas em especial as prolongadas secas; a má governação que implica suprimento inadequado de bens públicos tais como níveis inadequados de educação, saúde e alto nível de corrupções e; as restrições ao livre comércio internacional.

A pobreza é um fenômeno complexo, e não pode ser simplesmente reduzido a falta de objetos materiais. Os pobres são excluídos das decisões a serem tomadas e dos serviços básicos que o Estado deve proporcionar, como por exemplo, escolas e hospitais ou clínicas. Trata-se de uma questão urgente de direitos humanos básicos e de justiça social que os Governos da ASS devem garantir as suas populações.

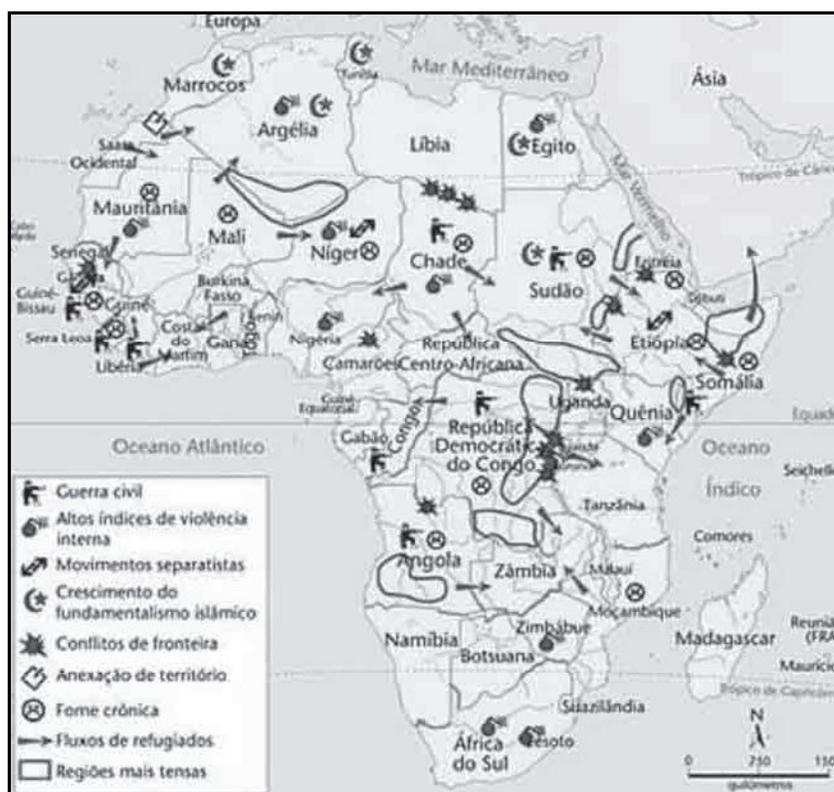


Figura 2 – Mapa da infelicidade Africana

Fonte: <http://flavia8b.files.wordpress.com/2008/04/image002.jpg>

Obs: Adicionada pela Editora.

Tabela 2. Número de pessoas (milhões) pobres vivendo abaixo de US\$ 1.25 por dia

Regiões/Ano	1981	1984	1987	1990	1993	1996	1999	2002	2005
Este da Ásia e Pacífico	1087,6	968,8	826,2	893,4	851,7	642,2	635,7	543,9	336,9
América Latina e Caribe	44,9	54,3	51,4	46,7	49,7	56	58,8	53,7	45,1
Oriente médio e Norte da África	14,9	12,9	14,3	12,2	12,7	13,7	16	13,5	14
ASS	202	237,1	252,8	283,7	305,9	347,8	370	373,2	384,2

Fonte: Cássio Rollim (2009)

A Tabela 2 mostra a dinâmica da pobreza no mundo, considerada na perspectiva de ausência de renda, onde os considerados pobres são os que vivem com menos de US\$1.25 por dia, que representa a nova linha da pobreza internacional⁴. Nela, a ASS apresenta os maiores índices entre as regiões com 384 milhões de pobres em 2005; e, com a agravante que essa cifra ainda continua aumentando (ROLLIM, 2009).

3.1. Definição da pobreza

Qualquer discussão sobre a pobreza, necessariamente tem que ser iniciada considerando o próprio conceito da pobreza, isso porque dependendo de como se define pobreza, também se tem a concepção sobre como ela será medida, e em especial como ela será combatida (ROLLIM, 2009). A pobreza é uma realidade para bilhões de pessoas que sobrevivem com menos de um dólar por dia; para muitos que morrem pela fome e má nutrição; assim como para milhões que não obtêm os nutrientes necessários para se manterem saudáveis e nutridas. Além disso, a falta de nutrientes impossibilita o desenvolvimento ideal das crianças que vivem nessa situação, gerando inclusive consequências no seu próprio desenvolvimento mental (Romero, 2002).

Para Romero (2002) e Rollim (2009), o debate sobre a pobreza ainda não encontra um consenso entre os acadêmicos. Entretanto, muitos deles coincidem em que esta apresenta duas vertentes: enfoque do bem estar (o percentual de pessoa

abaixo de uma determinada linha de pobreza) e enfoque alternativo ao bem estar (caracteriza a pobreza como algo mais do que simplesmente falta de renda, baseando-se em vários outros indicadores). Uma análise da pobreza na ASS demanda mais tempo e espaço, isto é, sua compreensão acarreta à análise histórica do período pré-colonial, o colonialismo, a herança colonial após as independências nacionais e, sobretudo a atual globalização onde a região é constantemente marginalizada.

A pobreza depende do desenvolvimento relativo alcançado por determinada região ou país. Assim, tanto o caráter como a magnitude da pobreza nos países em desenvolvimento difere quantitativamente e qualitativamente da mesma categoria dos países avançados. Segundo o Banco Mundial a pobreza é a fome; é a carência de proteção; estar doente e não ter como ir ao médico; é não assistir a escola, e não saber ler e escrever; não ter um trabalho; é ter medo ao futuro, viver ao dia; a pobreza é perder um filho devido a doenças provocadas pelo uso da água contaminada; é impotência, é carecer de representação e liberdade (WORLD BANK, 2000b).

3.2. Como medir a pobreza?

Da mesma forma que a definição da pobreza constitui uma tarefa extremamente difícil e complexa, sua medição ainda é mais complicada e depende do enfoque teórico na hora da sua abordagem. Entretanto, o método mais comum é o que estabelece níveis de ingresso para diferenciar pobres do resto não considerado nessa categoria, conhecido como "linha de pobreza"⁵. Para tal, calcula-se o custo da cesta básica de alimentos, o qual corresponde à chamada linha de indigência, de acordo com os hábitos de consumo, a disponibilidade efetiva de alimentos e seus preços relativos. Juntamente com esses fatores, se agrega ainda o custo estimado da satisfação das necessidades básicas não alimentares (ROMERO, 2002).

A definição da linha de pobreza compreende o enfoque direto e indireto. O enfoque direto alega que uma pessoa pobre, é aquela que não satisfaz uma ou várias necessidades básicas, como por exemplo, nutrição adequada, um lugar decente para viver, educação básica. O enfoque indireto por sua parte classifica como pobre aquela pessoa que não conta com recursos suficientes para satisfazer necessidades básicas (FERES; MANCERO, 1999).

⁴ Utilizada apenas para fazer comparações entre os países, não significando que os que vivem com menos de US\$ 1.25 por dia, por exemplo, na Guiné-Bissau constituam o total dos pobres desse país., visto que para saber exatamente dessa cifra, seria necessário construir uma linha de pobreza específica para o país, que poderia ser maior ou menor que US\$ 1.25 (ROLLIM, 2009)

⁵ As linhas de pobreza representam o nível de ingresso necessário para que os familiares possam satisfazer as necessidades básicas de seus membros.

Outra forma de medir a pobreza, é através do indicador NBI (Necessidades Básicas Insatisfeitas), que consiste em verificar se os familiares têm satisfeito uma serie de necessidades previamente estabelecidas e considera pobre aquele que não o tenham satisfeito. Na versão mais simples, o método NBI utiliza unicamente informações *ex post*, já que não considera a capacidade dos familiares para satisfazer as necessidades do futuro (FERES; MANCERO, 1999). Este indicador toma como ponto de partida, dependendo das características de cada país ou região: carências, vivendas inadequadas, abastecimento inadequado de água, falta de serviços sanitários, inexistências de escolas primárias para crianças e as capacidades econômicas como indicador indireto.

A partir de 1990, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) vem utilizando o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) para medir a pobreza, o qual inclui três dimensões: uma vida longa e saudável, conhecimentos e um nível decente de vida. Como se trata de um índice composto, o IDH abarca três variáveis: esperança de vida ao nascer, educação (alfabetização de adultos e a taxa de matrícula primária, secundária e terciária combinada), o PIB real e per capita (PPA em dólares).

O PNUD também utiliza o Índice de Pobreza Humana (IPH) que mede a privação em quanto ao desenvolvimento humano, à diferença do IDH que mede o progresso geral de um país em relação ao desenvolvimento humano. Igualmente, o IPH demonstra a distribuição do progresso e mede o grau da privação que continua existindo. As variáveis utilizadas aparecem à percentagem de pessoas que se estimam que possam morrer antes dos 40 anos de idade, a percentagem dos adultos analfabetos e a privação em quanto o provisão econômico geral – público ou privado- pela percentagem da população sem acesso a serviços de saúde e água potável e a percenta-

gem de crianças com peso insuficiente (ROMERO, 2002).

3.3. Estratégias para combater a pobreza e induzir o desenvolvimento econômico na ASS

As tendências globais no comércio internacional e nas relações econômicas, sociais e políticas continuam a fomentar uma estreita integração entre países, regiões e continuam a ser um importante propulsor do crescimento econômico em grande parte do mundo. Em relação à ASS, a criação de um mercado comum pan-africano através da integração regional é uma visão central dos líderes africanos desde os primeiros anos da independência. A integração regional pode ser a chave do desenvolvimento na ASS porque o logro deste pode vir a melhorar a integração dos mercados, facilitar economias de escala e diversificação econômica, assim como estimular o comércio intra-regional e continental para fortalecer o desenvolvimento.

Neste sentido, a ASS deve acelerar as reformas em varias frentes de forma simultânea e os países desenvolvidos devem honrar seus compromissos de ajuda pública ao desenvolvimento aos países em desenvolvimento. Os anos recentes testemunharam melhorias no crescimento econômico e na governança dos países da ASS. Entretanto, estes avanços ainda são insuficientes para conseguir erradicar a pobreza e miséria extrema. Para tal, é necessária uma parceria com os países desenvolvidos e emergentes, mas, que seja uma parceria que beneficie ambas as partes e não uma parte como vem acontecendo ao longo dos últimos tempos.

Urge a necessidade dos intermediários subsaarianos melhorarem ainda mais seus desempenhos nas negociações e assinaturas de acordos internacionais; trocando suas atuações passivas para ativas, para desta forma não se submeter a tudo e todas as decisões nas convenções ou acordos internacionais como tem

sido ao longo dos anos. Assim sendo, dois pontos cruciais devem ser atacadas: governança e desenvolvimento institucional e estabelecimento da paz e segurança regional. Primeiramente, devem ser implementadas políticas públicas e sociais, maior responsabilidade e comprometimento tanto dos cidadãos como dos estados e governos. Também, as instituições devem ser fortificadas com o intuito de trabalharem para o povo e não para a minoria ou classe elitizada.

As fortunas e as propriedades roubadas ao povo da ASS por parte de alguns líderes corruptos bancados pelo ocidente devem ser repatriadas, sendo que aqueles que participaram em subornos também devem ser responsabilizados. As firmas estrangeiras envolvidas no petróleo e outras indústrias extrativas subsaarianas devem fazer seus pagamentos de forma mais transparente.

Uma melhora na estrutura da governança ajudará que o dinheiro das ajudas internacionais seja aplicado ou direcionado para os setores que realmente precisam, tendo em conta que muitas das vezes, a maior parte do dinheiro emprestado se gasta em programas que não beneficiem aos pobres (compras de armamento, projetos de desenvolvimento em grande escala) ou em projetos privados que enriquecem aos funcionários públicos e a um reduzido número de privilegiados.

Alternativamente, tem que haver mudanças e diálogos no plano interno e externo. Internamente, devem ser criadas instituições e organizações fortes e uma vontade política por parte dos governos, estados e grupos étnicos que permita maior espírito de dialogo e compreensão com vista a acabarem com os conflitos violentos, golpes de estados, e distúrbios tribais. Já no plano externo, quer os próprios governos quer as diversas organizações das regiões subsaarianas, devem pressionar mais do que estão fazendo nos

fóruns internacionais como se vem reiterando neste trabalho, para permitir aos países desenvolvidos (i) dismantlar as barreiras tarifárias e não tarifárias que erigiram contra as mercadorias africanas, particularmente em agricultura; (ii) pôr um ponto final na aplicação burocrática de regras de origem que excluem as mercadorias africanas das vantagens pelas quais têm direito, (iii) abolir os subsídios comerciais para seus agricultores.

Finalmente, talvez o desafio mais importante seja a emancipação e conscientização dos próprios governos subsaarianos, seus dirigentes, a classe elitizada, a classe política assim como também a sociedade civil de que o desenvolvimento e a erradicação da pobreza têm que partir dos próprios subsaarianos. Já é hora de buscar soluções viáveis e deixar de colocar a culpa nos países desenvolvidos. Porque mesmo reconhecendo que são os maiores culpados, a certeza é que também tiveram grande colaboração dos próprios africanos desde os ditadores nas décadas passadas que decapitaram todas as riquezas do povo até os atuais governantes; que munidos da ideologia capitalista; se dedicam a maximizar suas riquezas em detrimento do resto da população.

4. Globalização e marginalização da ASS

Em nenhum outro lugar a necessidade de passar a uma integração regional e global é mais urgente do que na ASS, região que apesar do vigoroso crescimento dos últimos anos, continua em grande parte marginalizada, numa perspectiva mundial. Embora contenha quase 15% da população mundial, a ASS aporta cerca de apenas 1,5% do rendimento global e 2% do comércio mundial, tendo caído de cerca de 4% em 1970. Sua parcela de exportação de produtos agrícolas está em constante declínio e a de exportação de manufaturas praticamente não se alterou desde 1970, ao passo que a par-

cela das exportações de têxteis e vestuários permanece estagnada (ROMERO, 2002). Embora os fluxos de IED⁶ tenham triplicado de 2000 a 2005, esta parcela não chega a representar nem o 2% do total mundial. Ademais, os fluxos de IED se dirigem acentuadamente para as indústrias de mineração - especialmente petróleo-, ou seja, se concentram majoritariamente nos países produtores de petróleo.

A atual globalização em vez de representar um processo de homogeneização, na verdade é um processo de conformação das grandes empresas transnacionais que aprofundam mais e mais as desigualdades entre um punhado de superpotências tecnologicamente mais desenvolvidas e o resto do mundo em desenvolvimento. Na verdade, trata-se de um mundo de parceiros desiguais, onde os mais poderosos fixam as regras do jogo e possuem meios para fazê-lo cumprir, ao tempo que os mais fracos devem se submeter a estas regras (NAYYAR, 2000).

O resultado da concentração da produção mundial e de conhecimento científico e tecnológico num reduzido número de países, tem sido alguns dos fatores para o aumento da desigualdade e pobreza não só na ASS, mas também no resto das outras regiões em desenvolvimento. Segundo Romero (2002), em 1997, os 20% da população mais rica residem nos países desenvolvidos, participavam em 86% do PIB mundial, ao tempo que noutro extremo, os 20% da população mais pobre, residentes nos países de baixa renda, participavam em tão só 1% do PIB mundial. Igualmente, no mesmo ano, aos países desenvolvidos lhes correspondiam 82% das exportações mundiais e 68% do IED mundial, ao tempo que nos países em desenvolvimento, só correspondia 1% das exportações e IED mundial.

Ainda segundo Romero (2002), durante 1999, os 28 países mais desenvolvidos que só contam com 15% da população mundial geravam 57% do PIB e controlavam os 77,6% das exportações de bens e serviços a escala planetária. De estes 28 países, os sete mais industrializados que conformavam os EUA, Canadá, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Japão, que contavam com 11,6% da população mundial, geravam 45,8% do PIB e controlavam 8,9% do comércio mundial. Noutro extremo, 128 dos chamados países em desenvolvimento, com 77% da população mundial, geravam 36,8% do PIB e participavam somente em 18% das exportações dos bens e serviços. Este processo conduziu a consolidação de uma espécie de oligopólio mundial; isto é, as firmas e os países constituem uma espécie de oligopólio mundial e estabelecem relações com as diversas regiões do mundo fortemente assimétricas e hierarquizadas, constituindo um espaço de interdependência e feroz concorrência baseada na expansão mundial de aquisições e fusões entre os grandes grupos e que no geral são originários dos países desenvolvidos.

A atual globalização também perpetua a fuga sistemática de recursos humanos qualificados dos países da ASS normalmente vulneráveis e com salários baixos para os centros de maior desenvolvimento industrial. Dito de outro modo, a própria concorrência em última instância faz com que os quadros qualificados subsaarianos sejam atraídos por postos de trabalhos melhor remunerados que quase sempre se encontram em países desenvolvidos ou emergentes, o que reduz primeiro a capacidade científica da ASS e logo, a perda de profissionais qualificados que poderiam levar a cabo muitas inovações e empreendimentos em diversos setores.

⁶ (NE) IED = Investimento estrangeiro direto.

Outro instrumento de empobrecimento utilizado pelo sistema financeiro internacional é o endividamento externo onde se encontram mergulhadas todos os países da ASS. A dívida externa tem-se convertido num mecanismo de drenagem de importantes recursos financeiros dos países da ASS para o mundo desenvolvido, reduzindo desta forma a capacidade do investimento tanto em infra-estruturas como em projetos de interesses social. A consequência da dívida conduz constantemente aos países subsaarianos recorrerem a novos empréstimos para poder pagar as dívidas acumuladas, cuja quantia em vez de diminuir esta aumentando cada vez mais.

4.1. Planos de Ajuste Estrutural (PAE)

Os países da ASS sofrem enormes pressões para obter divisas destinadas a pagar o serviço da dívida e comprar produtos essenciais de importação. O FMI e Banco Mundial às vezes oferecem assistência financeira a estes países que se encontram em situações desastrosas e aproveitam para usar suas influências e obrigá-los a aceitar a Política de Ajustes Especiais – PAE, que na última instância provoca efeitos devastadores. As PAE impostas a numerosos países em desenvolvimento, muitas das vezes chamado “Consenso de Washington”, que privilegia aspectos estatísticos aos humanos, têm tido e continuam tendo consequências terríveis para as populações da ASS, região que há muito tempo vem sofrendo da pobreza e miséria.

A pobreza na ASS também teve muito a ver com as PAE cujos efeitos negativos provocaram: (i) corte de gastos sociais- educação, saúde, bem estar etc. já que se pretende reduzir o déficit público, (ii) fechamento de numerosas empresas locais que não conseguiram competir com as grandes transnacionais estrangeiras, (iii) redução das planilhas das empresas públicas, devido a que muitos trabalhadores foram despedidos

como consequência do corte orçamental, (iv) os investimentos chegam a conta gotas de forma que o crescimento do emprego se produz de maneira mais lenta do previsto.

As consequências desastrosas das PAE chegaram a impactar até no meio ambiente, visto que estas políticas obrigam necessariamente aumentar as exportações. Como não tinham outros recursos, muitos países da ASS tiveram que depender da exploração indiscriminada de seus recursos naturais como madeira e minerais para satisfazer as petições das instituições de Bretton Woods⁷. Também a inflação e a alta de desemprego tiveram efeitos avassaladores nas classes populares, já que não servia para nada, o consumidor ver os preços baixarem se não tinham emprego nem dinheiro para comprar os produtos (TOUSSAIN; MILET, 2006).

A concorrência desigual produzida pela PAE, permitiu que os produtos estrangeiros muitas das vezes subsidiados no país de origem, cheguem aos mercados subsaarianos sem nenhum entrave para competir livremente com os produtos locais desestabilizando essas economias já por si desestabilizadas. Na maioria dos casos, os produtores locais têm um nível de formação reduzido, dispõem de materiais menos competitivos e não têm capacidade de investimentos, ainda que modesta. As multinacionais pelo contrário, dispõem de meios substanciais e os países desenvolvidos subsidiavam em larga medida a sua produção, sobretudo agrícola. Então isso levou ao desaparecimento de muitas empresas locais em detrimento das grandes transnacionais que a larga se converteram em monopólios absolutos impondo os preços ao seu belo prazer.

5. Desafios da ASS no combate a pobreza

A agricultura suscita um interesse especial na ASS porque a maioria de sua população que vive com menos de um dólar por dia estão na zona rural, e sua produção é majoritariamente de subsistência. Em outras palavras, a agricultura sustenta mais de 70% da população subsaariana e contribui com 30% do PIB. Assim sendo, a relevância e importância do setor agrícola para o combate a pobreza reforça a necessidade do progresso urgente na eliminação dos subsídios auferidos por produtores de mercados desenvolvidos e na reforma das regras comerciais.

Cientes da importância da agricultura, a nova estratégia a ser implantada pelos governos subsaarianos deve incluir entre outros aspectos (i) desenvolvimento de programas e políticas que fortaleçam os agricultores, empresários e mercados, permitindo-lhes competir na economia global, (ii) ampliar a educação e formação nos meios rurais e edificar fortes instituições públicas e privadas, (iii) expandir a pesquisa e extensão rural na agricultura utilizando tecnologias existentes ou novas tais como a biotecnologia e tecnologias de informação e comunicação com vista a estimular novas ligações de negócios e evitar danos no meio ambiente, (iv) melhorar a administração pública no nível de zonas rurais, permitindo a aparecimento das autarquias locais que na última instância vai reduzir o êxodo da população rural para as grandes cidades (v) coordenar ajuda alimentar de emergência com o desenvolvimento no longo prazo.

Com a crise mundial de alimentos, que provocou uma alta exagerada dos seus preços, a erradicação da

⁷ Um relatório da Academia Internacional pela paz das Nações Unidas, afirma que metade da madeira importada pela União Europeia foi cortada ilegalmente na África por empresas de renome. Segundo o Presidente do Banco Mundial, 12% das espécies de aves e 25% dos mamíferos estão ameaçados a extinção (TOUSSAIN; MILET, 2006).

extrema pobreza e da fome se mostrou um desafio à parte, sobretudo quando são analisadas as consequências diretas para as pessoas que vivem com menos de um dólar por dia. Junto com a inflação galopante na região, a mesma quantia de dinheiro já não pode comprar a mesma quantidade de bens que anteriormente, dificultando desta maneira a obtenção de alimentos. Dito de outro modo, a crise de alimentos tem impactos desastrosos para a população que vive em um nível extremo de pobreza.

Independentemente dos detalhes dessa discussão específica, a mobilização de recursos domésticos e externos se mostra de extrema importância, principalmente no que diz respeito ao investimento público na agricultura. Em um contexto de altos níveis de preços de alimentos, um investimento na agricultura e nos recursos naturais do país viabiliza uma alternativa a crise mundial de alimentos, pois significa uma eficiência na produção de alimentos, favorecendo, inclusive os pequenos fazendeiros e a população mais pobre, que terá maior facilidade na obtenção desses alimentos.

A ASS também deve continuar a implementar e ampliar algumas modalidades inovadoras como o microcrédito. Esta modalidade foi justamente construída para erradicar a pobreza e permitir ao acesso do financiamento dos pobres, aos quais, normalmente, a banca convencional não empresta dinheiro. Ademais, a ideologia do fundador do microcrédito⁸, é que esta modalidade trabalhe mais com os pobres e, sobretudo as mulheres, sendo que estas na ASS são as principais bases econômicas das famílias.

Com uma melhor aplicação de microcrédito elas conseguiriam mais recursos financeiros para empreender alguns pequenos negócios e auferir mais rendas para alimentar e vestir as crianças; pagar a escola dos filhos para poder ter uma boa educação e formação, fator que ajudaria na redução da pobreza e misé-

ria extrema. Também em muitos casos, as mulheres na ASS são as responsáveis das famílias incluindo os próprios homens. Uma melhora nas suas finanças tiraria muitos homens do alcoolismo, vandalismo ou roubos; fator que diminuiria enormemente a violência do gênero, já que a maioria dos homens que praticam esses atos, pelo menos nessa região do planeta, são os pobres ou homens que já perderam qualquer esperança de uma vida futura melhor, e a única saída encontrada é cometer esses atos anti-sociais.

Entretanto, não se devem esquecer os logros que os países da ASS vêm alcançando nos últimos anos devido suas melhorias nos aspectos macroeconômicos. Esse boom de crescimento econômico na região esta exercendo uma pressão positiva na redução da pobreza, e muitos dos seus países conseguiram avanços consideráveis nesta questão, reduzindo a mortalidade infantil, aumentando a esperança de vida e o nível educacional. Portanto, é possível o progresso na ASS sempre em quando são criadas as condições para tal e, as evidências indicam que existem essa vontade e os governos estão comprometidos para conseguir tal fato. Um maior crescimento econômico na região vai permitir milhões de pessoas deixarem a economia de subsistência e inserir-se nos setores industriais e de prestação de serviços o que contribuirá para aumentar a riqueza e reduzir a

pobreza. Porém, sem a cooperação dos países desenvolvidos dificilmente será erradicada a pobreza nesta região.

6. Considerações finais

O século XX prometia ser o mais prospero da história para ASS. Porém, o imperialismo, as guerras civis e militares, os Golpes de Estado, a grande explosão demográfica, a crise na produção de alimentos, entre outros acontecimentos fizeram com que a situação de miséria de sua população se agravasse. A extrema pobreza continua a ser uma realidade para milhões de pessoas nesta região que vive com menos de um dólar por dia, dormem e amanhecem com fome e má nutrição. Na ASS mais de um quarto de crianças com menos de cinco anos sofrem de malnutrição, e oito de cada dez crianças não têm acesso a educação primária⁹. Além dos esforços que estão sendo realizados, os conflitos e os desastres naturais conspiram consideravelmente contra a erradicação da pobreza e da extrema miséria. Segundo os dados das Nações Unidas, dos 13 milhões de mortes provocados pelos conflitos de grande escala entre 1993 e 2003, mais de 12 milhões ocorreram na ASS.

Neste sentido, o Economic and Social Council – ECOSOC¹⁰ e outros organismos da ONU se empenham fortemente na busca de soluções que levem à diminuição da pobreza e da fome que afetam bilhões de pessoas

⁸ Muhammad Yunus é considerado o pai do microcrédito, uma idéia que tirou milhões de pessoas da pobreza; nasceu a 28 de Junho de 1940 na aldeia de Bathua, no Bangladesh. Criou o banco *Grameen Bank*, uma instituição totalmente direcionada para os pequenos empréstimos dirigidos aos pobres.

⁹ A educação oferece opções aos seres humanos em quanto à vida que desejam levar, igualmente lhes permite se expressar com confiança nos seus relacionamentos pessoais, na comunidade e nos locais de trabalho. Entretanto, mais de 115 milhões de crianças na idade de assistir o ensino primário não conseguem fazê-lo, e desta forma se encontram privados de usufruir esse direito.

¹⁰ O Conselho Econômico e Social criado em 1947, de acordo com o disposto no Capítulo X da Carta das Nações Unidas para assistir a Assembléia Geral dos assuntos de cooperação internacional nos níveis econômico e social. A ECOSOC é composta por 54 membros eleitos pela Assembléia Geral e se reúne alternativamente em Nova Iorque ou Genebra para um encontro de quatro semanas que ocorre em Julho.

no mundo. A extrema desigualdade social e econômica, que configura a assimetria entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, é marcada pela urgente necessidade de mobilização de recursos estratégicos para desenvolver políticas que promovam a erradicação da pobreza extrema e da fome.

Os países da ASS encontram-se mergulhados em endividamentos crônicos, motivo pelo qual são submetidos ao monitoramento de organismos internacionais (FMI, BM, Clube de Paris, OMC). Estas dívidas se tornaram insustentáveis para esses países que contam com economias frágeis e aniquilam qualquer tentativa de desenvolvimento¹¹. Neste sentido, a alocação de recursos de forma mais eficiente e eficaz na promoção de desenvolvimento social e econômico deveria constituir um dos objetivos de todos os governos da ASS.

A dívida constitui hoje o principal obstáculo para satisfação das necessidades humanas básicas e situa-se no centro do sistema de dominação dos países ricos sobre os países pobres e, é preciso ter uma compreensão exata da dimensão que esse mecanismo esta causando nas populações como as dos países da ASS. O mecanismo da dívida permite que as instituições financeiras internacionais, países desenvolvidos e suas grandes multinacionais assumam o controle das economias subsaarianas, apropriando de seus recursos e riquezas. Esta questão vem evidenciando claramente que a adoção das Políticas de Ajuste Estrutural - PAE, pelo menos para a região da ASS, constitui uma nova forma de colonização, cujas decisões são tomadas em Washington (Banco Mundial e FMI), Paris (sede do Clube de Paris) e Londres (que agrupa os grandes bancos dos países desenvolvidos).

Os países desenvolvidos dispõem de tecnologia e recursos necessários para permitir que o desenvolvimento seja alcançado por todos e livrar a humanidade da pobreza e

extrema miséria. Se olharmos alguns dados estatísticos analisados ao longo do trabalho, podemos corroborar essa hipótese. Entretanto, pergunta-se o que falta para que isso se concretize? Os países desenvolvidos devem equilibrar a distribuição da renda mundial; compartilhar os ganhos no comércio internacional com todos; cancelar algumas barreiras impostas aos países em desenvolvimento e concretamente aos africanos; permitir uma cooperação mundial mais democrática e transparente. Só com estas medidas será possível, pelo menos diminuir a situação da pobreza na ASS; porque sem esse senso comum, nem mesmos um milagre poderia ajudar a ASS escapar dessa catástrofe.

Referências

ANTUNES, Manuel. Do crescimento econômico ao Desenvolvimento humano em tempos de globalização. **Revista Lusófona de Ciências Sociais**, n. 1, p. 73-83, 2004.

CARDOSO, Karina et al. Erradicação da pobreza e da fome: desafios no contexto da crise mundial de alimentos. **Simulação das Nações Unidas para Secundaristas**- SINUS, 2009.

CESPEDES, Gemma; JAÉN, Artur. ¿El Alivio de la Deuda en África: hacia una reducción de la Pobreza? **ICI- Tribuna de Economía**, enero - febrero, 2003.

FILHO, P. P. Integração Econômica no continente africano: ECOWAS e SADC. Cena internacional. **Revista de Análise em Política Internacional**, v.2, n.2, 2000.

FERES, Juan C; MANCERO, Xavier. Enfoques para la medición de la pobreza. Breve revisión de la literatura. *4to*.

Taller Regional del Mecovi, 1999. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/4/5954/lcl1479e.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2010.

IIAT. **Uma abordagem para redução da pobreza e fome na África Subsaariana**. Ibadan: Instituto internacional de Agricultura Tropical, 2004.

MANKIW, Gregory. **Macroeconomia**. São Paulo: Pioneira Thompsons Learning, 2005.

ROLLIM, Cássio. O empobrecimento da África e as estratégias atuais para a reversão da situação. UFPR, **Working Papers**, n. 88, 2009.

ROMERO, Alberto. **Globalización y Pobreza**. Bogotá: Ediciones Unariño, 2002.

NAYYAR, Deepak. Mundialización y estrategias del desarrollo. Unctad. **Seminario de alto nível sobre comercio y Desarrollo**: orientaciones para el siglo XXI, Bangkok, 2000.

TORRES, Adelino. A crise do desenvolvimento africano nos anos 80. **Revista Estudos de Economia**, v. 6, n.3, 1986.

TOUSSAINT, É; MILLET, D. **50 Perguntas 50 Respostas sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

WORLD BANK. **Understanding Poverty**. Disponível em: www.worldbank.org/poverty/mission/up1.htm. Acesso em: 12 jul. 2010b.

UEMOA. Rapport Semestriel d'execution de la Surveillance Multilaterale. **Union Economique et monetaire Ouest Africaine**, juin. 2009.

¹¹ Segundo Kofi Annan, secretário geral da ONU, em 2000 o serviço da dívida equivalia em média a 38% do orçamento dos Estados da África Subsaariana.